MEDIDA JUDICIAL

Sindicato aciona Município contra corte de insalubridade de servidores da Saúde

Vereadores também se manifestaram a favor dos servidores

Redação DS

Servidores trabalharam vestidos de preto, em protesto

O Município de Tangará da Serra cortou o adicional de insalubridade dos profissionais de saúde, mais especificamente dos enfermeiros e técnicos de enfermagem que atuam na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e Clínica da Criança, que trabalham na linha de frente do combate ao coronavírus.

Os valores, segundo denúncia foi feita por funcionários, não foram pagos nos salários de junho. Em protesto, um grupo de servidores da saúde pública de Tangará da Serra foi trabalhar vestido de preto nesta quarta-feira, 1, contestando as medidas adotadas pelo executivo municipal, através do prefeito Fábio Junqueira (MDB) e do secretário de Saúde, Sérgio Schefer. "Sem discutir conosco, o prefeito simplesmente retirou nosso direito a insalubridade, além de cortar outros benefícios", denuncia uma servidora.

"Estamos nos sentindo humilhados pelo prefeito. Não é hora de cortar direitos de trabalhadores que estão em ambiente de risco, na linha de frente de combate ao coronavírus", completou outro.

> **Estamos nos sentindo humilhados pelo prefeito**

Em busca da defesa dos direitos desses profissionais, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Tangará da Serra (Sserp), através da Assessoria Jurídica, afirmou que "ajuizará medida judicial cabível contra o Prefeito e a Secretaria de Administração e de Saúde por compactuarem com tamanho prejuízo ao servidor", garante, ao relatar que o prefeito, sem nenhum ato oficial (lei ou decreto) passou a aplicar o percentual de insalubridade sob o vencimento-base do grupo ocupacional ao que o servidor está vinculado.

Além do Sindicato, vereadores também se manifestaram a favor dos servidores. "Uma notícia desastrosa e injusta em meio à pandemia. Justamente as pessoas da linha de frente foram afetadas. Não era a hora", se manifestou Professor Sebastian Ramos.

"As decisões sem discussões continuam por parte da administração municipal", lamentou Fábio Brito, ao relatar que uma nova avaliação da LTCAT no ano de 2020 foi realizada no município de Tangará da Serra, onde o resultado oficial foi entregue pela empresa há 45 dias. "A insalubridade dos servidores é paga sobre o vencimento bruto deles. O prefeito se embasou na lei 2875/2008 PCCS, plano de cargo e carreira dos servidores, não comunicou ninguém que isto seria feito e todos foram pegos de surpresa. Com a mudança os servidores passam a receber a insalubridade em cima do vencimento do grupo ocupacional (...) Tudo isso vai na contramão da importância dos servidores da saúde neste período de pandemia onde deveriam receber um adicional diferenciado por estarem na linha de frente e correndo riscos no combate e tratamento do Coronavírus. Dinheiro tem e não é pouco não. Estarei buscando junto aos meios jurídicos caminhos para caçar esta decisão e do porquê não ter passado pelo crivo de discussões da Câmara Municipal", finalizou, demonstrando seu repúdio a decisão do prefeito.

UMUTINA

Aldeia é fechada por tempo indeterminado para evitar contágio

Eduardo Kotaki / TV Centro América

A aldeia Umutina, localizada em Barra do Bugres, fechou o porto do Rio Paraguai que dá acesso à comunidade. A medida foi tomada para garantir o isolamento dos indígenas e controlar o acesso para que eles não se contaminem pela Covid-19.

O cacique da aldeia e coordenador municipal para Assuntos Indígenas, Dionísio Aponodepá, informou que essa medida visa a proteção de quem mora no local, já que até agora nenhum registro da doença foi feito na aldeia. Atualmente, vivem quase 500 pessoas.

O porto do Rio Paraguai foi fechado no último sábado, 27, pelas lideranças das aldeias Umutina e a coordenação indígena de Barra do Bugres. Apenas dois moradores por família podem sair e retornar à aldeia. Possuem um horário específico para isso, das 5h30 e 17h30 durante todos os dias da semana até o fim da pandemia.

Não está permitido o acesso de pessoas que moram na cidade nem mesmo daqueles que sejam indígenas também. Visitas de pesquisadores e visitas guiadas na aldeia estão suspensas.

O cacique Dionísio explicou que a entrega de mercadoria e visitas de servidores da Saúde vão ser feitas com todos os procedimentos de higienização exigidos pelo Ministério da Saúde.